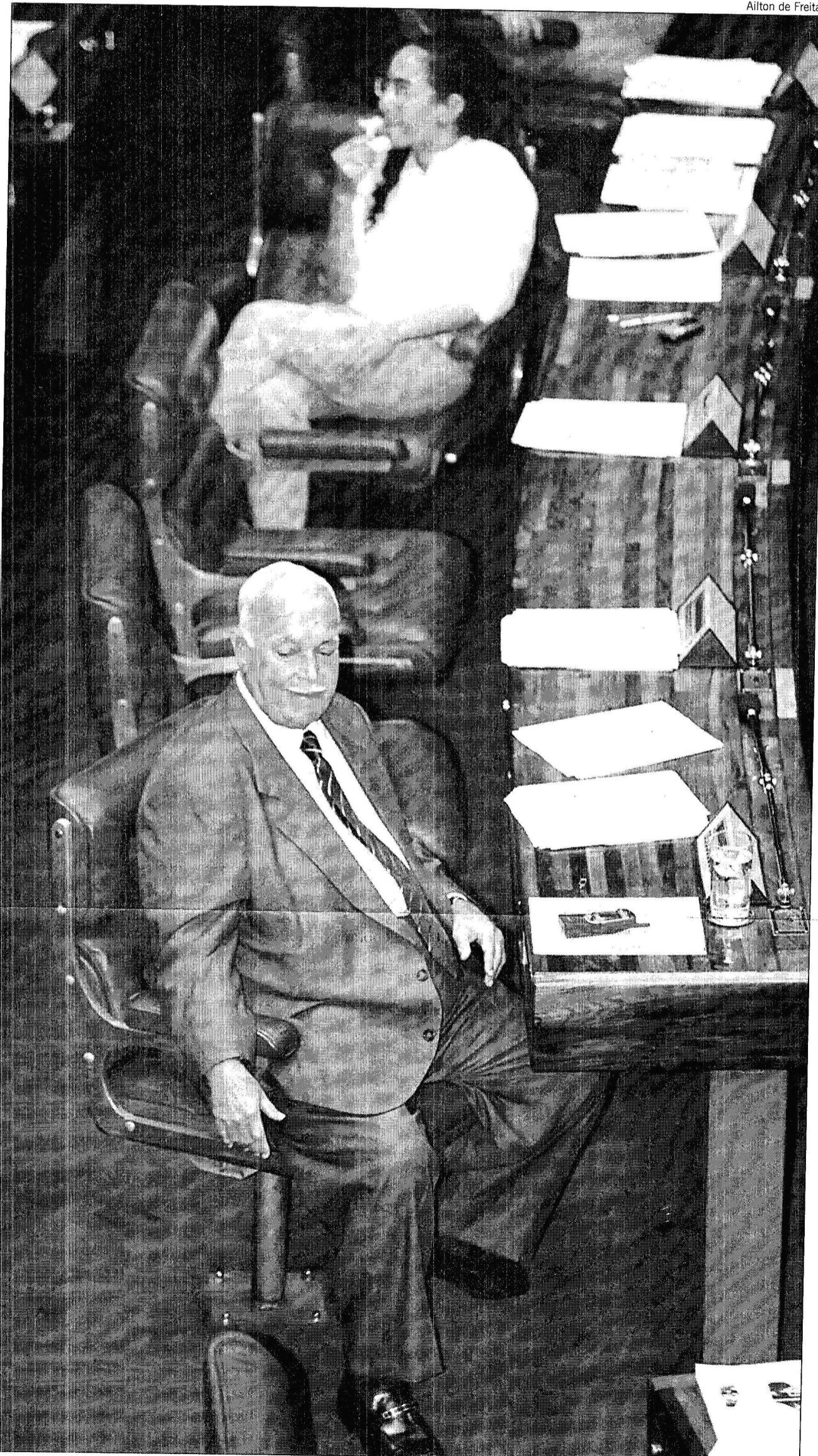


SENADO

## O PAÍS

# Entregues à própria sorte

Sem defesa, Arruda é obrigado a sair do PSDB. Isolado no PFL, ACM prepara depoimento



Ailton de Freitas

Ilmar Franco e Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA e SÃO PAULO

**S**em o apoio do Planalto e dos partidos, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF) ficaram entregues à própria sorte. Passado o impacto inicial da confissão de Arruda, que admitiu ter participado da operação de violação do painel do Senado e entregado a lista de votação a Antonio Carlos, o sentimento da maioria dos senadores, ontem, era de que ambos cometiam um erro grave demais para ser punido com uma pena mais branda do que a cassação. Para escapar de uma possível expulsão do PSDB, o ex-líder do governo José Roberto Arruda se viu obrigado a se desfiliar do partido.

À noite chegou a circular a informação de que Arruda poderia renunciar ao mandato para não perder os direitos políticos numa possível cassação do mandato. O presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou que o governo não se envolverá no processo e nem tomará qualquer atitude para evitar a cassação de ambos. O PSDB abandonou Arruda e o PFL dá apenas um apoio formal e constrangido a Antonio Carlos.

— Pelo artigo 288 do Código Penal, quando três ou mais pessoas se juntam para cometer um crime fica caracterizada a formação de bando ou quadrilha. A lei de proteção à testemunha diz que um juiz pode atenuar a pena do acusado que, sendo réu primário, tenha colaborado com a investigação policial. Mas o Conselho de Ética tomará uma decisão política — afirmou o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

— A pena prevista na Constituição para quem quebra o decoro parlamentar é a cassação do mandato — disse o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE).

## Quase unanimidade contra Arruda

- Arruda se desfiliou do PSDB depois que a bancada do partido na Câmara decidiu recomendar à executiva nacional a abertura de um processo para sua expulsão. Setenta e sete deputados tucanos participaram da reunião e apenas Lúcia Vânia (PSDB-GO), amiga do senador, não apoiou o pedido. O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) chegou a enviar uma carta à direção do PSDB mostrando que Arruda desrespeitara 11 artigos do estatuto do partido.

— Os deputados vieram dos estados pressionados por seus eleitores e deixaram claro que não bastava recomendar à executiva a abertura de inquérito disciplinar, mas que era necessário também pedir a sua expulsão — disse o líder do PSDB, Jutahy Magalhães (BA).

Recolhido em sua casa, Arruda foi informado da decisão da bancada às 17h, num telefonema de Lúcia Vânia. Na conversa Arruda disse que não esperaria para ser expulso e que iria se desfiliar do partido. Ligou para o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), e comunicou que estava saindo do partido.

## Ninguém se senta ao lado de ACM

- Acuado, Antonio Carlos era ontem a imagem do abandono. Chegou sozinho ao plenário e, por alguns minutos, ninguém sentou-se ao seu lado. Passou a maior parte do dia em casa e hoje ficará toda a manhã recluso para preparar sua defesa no Conselho de Ética, onde presta depoimento amanhã. Para isso, está analisando as contradições dos dois discursos feitos por Arruda e vai tentar mostrar que a ex-diretora do Prodases Regina Borges, em duas outras ocasiões tomou decisões a favor de pessoas que falavam em seu nome. Um desses pedidos teria sido feito por Rubens Galerani, amigo de Antonio Carlos.

O pefelista, que está tomando insulina diariamente por causa de diabetes, passou parte do tempo reunido com um advogado, mas adiantou que seu depoimento será político. Ele está trabalhando para evitar a cassação e tem procurado conversar com colegas de todos os partidos.

— Estou trabalhando com humildade, conversando com todo mundo e não só com os senadores do PFL. Sei que quinta-feira será um dia decisivo — disse Antonio Carlos.

Em São Paulo, o ministro da Educação, Paulo Renato, disse que Arruda deve ser punido pela quebra do sigilo do painel do Senado. Mas não disse qual seria a punição adequada para o caso.

— Isso deve ser decidido por uma comissão de ética do partido e pelo Senado. Não sou juiz para decidir — afirmou Paulo Renato, antes de saber que o senador pedira o afastamento do partido.

O ministro ressaltou que o Senado deve se pronunciar também sobre outros casos que envolveriam desvio de dinheiro. Apesar de não citar nominalmente o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), Paulo Renato se referia às denúncias que envolvem o senador e a corrupção no Sudam:

— Defendo a punição de todos os que cometem delitos.

Para o ministro, a imagem do PSDB não será prejudicada pelo episódio.

— O senador José Roberto Arruda era líder do governo e cometeu um ato ilegal, que não condiz com as tradições do PSDB — disse Paulo Renato. ■